



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150532 - GO (2021/0223866-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ANDRÉ ALVES CAMARGO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDRÉ ALVES CAMARGO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5211204-14.2021.8.09.0000).

O recorrente foi condenado à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal.

A defesa sustenta que, em função da interdição da Colônia Agroindustrial e do atual contexto de pandemia de covid-19, não se justifica a prévia expedição de mandado de prisão e recolhimento do sentenciado em regime análogo ao fechado, quando tiver sido fixado o semiaberto, para só depois ser inserido no regime da condenação.

Ressalta que, não obstante o teor do art. 105 da Lei de Execução Penal, não há como se obrigar o recorrente a ser custodiado em regime mais rigoroso do que o imposto pela sentença condenatória, devendo ser assegurada a execução da pena desde o início no regime semiaberto.

Requer, liminarmente, seja "ordenado que o juiz *a quo* expeça guia de execução ao condenado a pena privativa de liberdade em regime semiaberto, determinando o imediato recolhimento do mandado de prisão expedido, bem como que o Juízo da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Goiânia receba referido documento, forme o processo de execução penal e o impulsione regularmente, independentemente da expedição de mandado de prisão, enquanto não for possível o cumprimento regular da reprimenda em estabelecimento prisional compatível com o regime semiaberto" (fl. 99).

No mérito, requer o provimento do recurso com a confirmação da liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente